

Ata nº 74 / XIII / 2.ª SL

Aos oito dias do mês de março de 2017, pelas quinze horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Estrangeiros, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, com a seguinte,

Ordem do Dia (OD):

1.ª Parte

- 1. Audição do Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros, no âmbito do n.º 4, do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República.**

2.ª Parte

- 1. Discussão dos Projetos de Resolução n.ºs 728/XIII/2.ª (PCP) – Rejeita a entrada em vigor de forma parcial e provisória do Acordo Económico e Comercial Global (CETA) entre a União Europeia e o Canadá e 742/XIII/2.ª (BE) [Pela rejeição do Acordo Económico e Comercial Global – CETA \(União Europeia-Canadá\)](#)**

2. Outros Assuntos

1.ª Parte.

Iniciada a sessão, presidida pelo Senhor Presidente, Deputado Sérgio Sousa Pinto, começou este por dar as boas vindas ao Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros, bem como à restante comitiva governamental, no caso, a Senhora Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, e o Senhor Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas. Após ter explicado a metodologia a adotar na audição, concedeu o uso da palavra ao Senhor Ministro para a sua alocução inicial.

Começou o Senhor Ministro por saudar todos os presentes e aludiu à presente situação na Venezuela e EUA e aos contactos estabelecidos. Aludiu ao triplo interesse na Venezuela: dimensão comunidade portuguesa centenas milhares; interesse económico para as empresas portuguesas; e ponto das relações diplomáticas bilaterais nomeadamente conferência ibero-americana. Na primeira dimensão, aludiu à evolução política recente, a segurança e bem-estar da comunidade e, em particular, no plano político e económico. Identificou a existência de clivagem política e incapacidade de superar impasse entre forças políticas antagónicas, bem como a existência de um problema de inflação e rutura de *stocks* de víveres. No próximo semestre haverá eleições regionais para governadores. No próximo ano eleições presidenciais. Posição de abertura para falar com todas as entidades na Venezuela e posição união europeia, nomeadamente Espanha e Itália. Relativamente à comunidade residente, mormente quanto aos atos consulares e apoio geral de proximidade na Venezuela, a estrutura consular tem capacidade de responder às solicitações, estando a ser dado apoio social diretamente aos cidadãos e também a associações. Todos os pedidos são encaminhados para a segurança social ou respondidos diretamente pelo consulado. O MNE possui planos de contingência atualizados, sobretudo ao nível económico, tendo já mobilizado as estruturas consulares confinantes no Brasil, Panamá e Colômbia, existindo a possibilidade de realocização da comunidade para estes países sendo dado apoio consular. Não escondeu a especial exposição a riscos de alguns empresários portugueses, tendo-se já registado dois ou três incidentes na área da panificação que motivaram a intervenção das autoridades venezuelanas no sentido de salvaguardar a propriedade.

Há sinais mistos, problemas de pagamentos, com atrasos sistemáticos na transferência de divisas, mantendo-se, porém, o interesse nas relações económicas, nomeadamente com concessão portuária na Venezuela de uma empresa portuguesa. Realizam-se regularmente reuniões conjuntas de trabalho, sendo a próxima em julho. Dada a sensibilidade desta matéria, o Senhor Ministro assumiu o dossier pessoalmente. Relativamente às relações com os Estados Unidos da América (EUA), ocorreu encontro bilateral na semana passada para discutir a estratégia contra daesh, treino e formação forcas iraquianas e partilha de informação obtida. A parte americana foi representada pelo General McMaster, e pelo Senador John McCain, intermediários fundamentais no âmbito da cooperação, defesa e segurança, onde a Base das Lages continua a ser importante. A nova presidência americana vai originar um novo processo a estabelecer nas relações bilaterais luso-americanas.

Interveio o Senhor **Deputado José Cesário (PSD)** indicando que os processos de aquisição de nacionalidade portuguesa não têm vindo a evoluir favoravelmente, prejudicando legítimos

direitos de portugueses nos Estados Unidos, Venezuela, Argentina, de entre outros países, existindo atrasos de 1 ano, motivo pelo qual o PSD requereu já a audição da Ministra da Justiça. Relativamente à língua e cultura portuguesa, quis saber qual a posição do Governo relativamente à adoção de mecanismos de suporte formal das medidas a tomar, dado que não terem de ser tomadas por via de Resolução parlamentar. Diferentemente, já cabe ao Parlamento pronunciar-se sobre soluções formais do Governo relativamente à Convenção da ONU sobre proteção de trabalhadores migrantes e suas famílias, tendo questionado para quando o envio das mesmas, para apreciação. Finalmente e no que concerne à situação na Venezuela, notou o agravamento da mesma nos últimos meses, gerando medo, abandono e insegurança junto da comunidade lusodescendente, tendo questionado o membro do Governo se estava consciente da delicadeza da questão e da ação diplomática a prosseguir, designadamente na emissão de certidões consulares e de colocação no terreno de equipas de apoio de proximidade.

Respondeu o Senhor **Ministro** que as informações de que dispõe não apontam para a hostilização da comunidade portuguesa, em particular. Relativamente à língua e cultura lusa, lembrou terem sido inauguradas escolas em Cabo Verde e irão sê-lo igualmente em São Tomé, estando em estudo o aumento da rede escolar em São Paulo. Em Washington, o português já surge como idioma utilizado para provas finais de acesso ao ensino superior. A questão do ensino do português no Luxemburgo vai ser resolvida na próxima semana. Relativamente à Convenção sobre migrantes, entende não existir necessidade de Portugal ratificar aquele instrumento, dado ter já sido ratificado pela União Europeia.

Usou seguidamente da palavra a Senhora **Deputada Lara Martinho (PS)** para questionar sobre os resultados da recente visita aos Estados Unidos, mormente no que se relaciona com a situação da Base das Lajes, cuja responsabilidade pertence àquele país, interessando saber qual a evolução do processo de descontaminação ambiental e no aproveitamento da estrutura militar das Lajes, em projetos militares ou alternativos.

Ainda pelo PS, interveio o Senhor **Deputado Paulo Pisco** que começou por agradecer a informação prestada acerca da Venezuela onde, lembrou, existem aproximadamente 300 mil portugueses e 1 milhão de lusodescendentes, que enfrentam uma situação de rutura social, na saúde, alimentação, de entre outras áreas, tendo manifestado a sua solidariedade ao povo venezuelano. Terminou, sublinhando a essencialidade de que as organizações internacionais possam entrar naquele país.

Respondeu o Senhor **Ministro** que o processo de decisão política americano, no que às Lajes respeita, não está ainda encerrado, sendo que os interesses dos Açores têm vindo a ser convenientemente defendidos pelos diferentes interlocutores que representam o Estado português. O Governo não tem dúvidas acerca das responsabilidades dos estados Unidos na qualidade de usuárias da Base. Terminou, referindo quer o projeto “Air Centre” tem hoje já vários países interessados em participar, lembrando que a 21 e 22 de abril próximo terá lugar, na Terceira, a cerimónia de apresentação do projeto.

Interveio o Senhor **Deputado Pedro Filipe Soares (BE)** que perguntou se o Governo considerava ter acautelado durante as negociações com a parte americana a descontaminação dos solos, bem como quais seriam os níveis de ambição para a próxima cimeira bilateral. Relativamente à Guiné-Equatorial, pediu comentário específico à afirmação de um responsável daquele país de que a pena de morte só seria abolida seguindo um modelo adequado.

Respondeu o Senhor **Ministro** que a CPLP tem mais membros, existindo vontade unânime em implementar determinadas medidas. Relativamente à questão da pena de morte na Guiné-Equatorial, existe um compromisso por parte deste Estado, que depende da prestação de apoio jurídico _ que de resto foi concretamente solicitado_, no sentido de preparar a respetiva abolição. Esta matéria, informou, a par de outras no âmbito da justiça, será discutida na próxima reunião de maio, do Conselho de Ministros, onde outras questões de justiça serão igualmente abordadas, designadamente, o reescalamento do complexo de penas aplicáveis. Por outro lado, o redimensionamento decorrente da retirada dos Estados Unidos abre perspectivas que têm de ser estudadas, incluindo projetos de vocação civilista. Terminou, reafirmando que a questão da descontaminação dos solos na Terceira é central.

Interveio o Senhor **Deputado Filipe Lobo d’Ávila (CDS/PP)**, tendo salientado que diversos dossiês terem vindo a ser conduzidos de forma desastrosa, designadamente, o da Venezuela, e o da cooperação militar luso-americana, onde o Governo não tem tido a conveniente iniciativa. Quanto ao *draft* do Programa Internacionalizar, volvidos 8 meses desde o seu anúncio público, perguntou se poderá ou não ser disponibilizado à Comissão, viabilizando o alargamento da sua discussão ao Parlamento.

Respondeu o Senhor **Ministro** que, no respeitante ao Programa Internacionalizar, vale o referido em Comissão pelo Senhor Secretário de Estado da Internacionalização, i.e., uma vez validado internamente, será distribuído no Parlamento para que possa ser escrutinado, ainda antes da sua disponibilização aos parceiros sociais relevantes em função da matéria.

Interveio o Senhor **Deputado João Oliveira (PCP)** que começou por registar as informações prestadas acerca da situação na Venezuela. Criticou a evolução política da União europeia, designadamente, em termos institucionais, cujo desenho favorece a atuação de um diretório dominante, designadamente quanto aos seus pilares fundamentais. Perante um clima de verdadeira chantagem por parte da União, perguntou como pretende o Governo resolver os problemas económicos e financeiros do país, designadamente no endividamento externo e nas finanças públicas.

Respondeu o Senhor Ministro que, excetuando os juros da dívida, o saldo das contas públicas foi positivo em cerca de 2,1%. No demais, estamos perante uma crise sistémica da zona euro que atinge igualmente Portugal, não sendo um problema específico do país. A Alemanha e a Holanda estão com excedentes comerciais que ultrapassam os valores previstos nos Tratados, à luz dos quais deveriam já ter tomado as devidas providências, de cariz mais expansionista, o que não se verificou.

Deu-se seguidamente início à **Segunda Ronda** de intervenções, na qual intervieram os Deputados seguidamente identificados, aflorando as matérias abaixo discriminadas:

Paulo Neves (PSD), para perguntar o que pretende fazer o Governo relativamente aos resultados exibidos no Relatório Internacional de Competitividade, onde Portugal desceu 8 lugares (é agora 46.º), ocupando agora o 142.º lugar em clima macroeconómico; para quando a atribuição de linhas de crédito a empresas exportadoras e que desejem internacionalizar-se; nos seguros às exportações, onde a participação dos Estados é decisiva, se Portugal pretende cimentar a sua posição; porque motivo Portugal não dá atenção às relações económicas com o Taipé; qual a estratégia do governo para a utilização de Fundos soberanos internacionais; no BREXIT, quis saber qual a estratégia do Governo para minorar o impacto negativo do mesmo, atendendo a que existem 7 mil milhões de euros investidos em Portugal, por parte de investidores britânicos e que 10% das exportações se destinam ao Reino Unido.

Paulo Pisco (PS) para saber qual a posição do Governo relativamente à implementação de um espaço de cidadania da CPLP, designadamente, qual a recetividade da medida junto dos seus destinatários e se a sua adoção colidiria com Schengen.

Domicilia Costa (BE) para saber se existem dados novos relativamente ao gozo de licenças de maternidade por parte de funcionárias do Instituto Camões; porque motivo os professores lecionando no estrangeiro são sistematicamente colocados no fim das listas para ingresso nos quadros de pessoal respetivos; qual a situação dos 87 trabalhadores “abandonados” na Arábia Saudita.

Filipe Lobo d’Ávila (CDS/PP) para questionar dos motivos que levam o Governo a conferir maior relevância ao apoio a políticas de apoio à interrupção voluntária da gravidez, no âmbito de um pacote de medidas que, em sede de planeamento familiar, contempla outras vinte medidas; relativamente ao Programa Internacionalizar, saber para quando a sua disponibilização à Comissão; na situação da Venezuela, foram dados poucos pormenores e muitas generalidades, não se sabendo quem e quantas pessoas foram efetivamente apoiadas; finalmente, nos atos consulares, quis saber que tipo específico de atos dá corpo ao mencionado aumento de emissões.

João Oliveira (PCP) que perguntou ao Senhor Ministro qual a sua visão, no quadro do BREXIT, relativamente à comunidade portuguesa no Reino Unido e como antevia a manutenção de um relacionamento bilateral vantajoso para ambas as partes.

Em resposta, referiu o Senhor **Ministro** que o invocado Relatório da Competitividade não é credível, sendo excessivamente opinativo. O facto é que, através da AICEP, o Estado contratualizou mil milhões de euros de investimento estrangeiro e as sociedades financeiras investiram mais 3,6% que no ano anterior, de acordo com dados do Banco de Portugal. Referiu que Portugal está atento a outros mercados, sendo que o de Taipé encerra questões sensíveis no campo político-diplomático que requerem cuidados específicos. Relativamente ao BREXIT, vão ser intensificados os contactos bilaterais, interessando em primeiro lugar a situação dos portugueses que ali residem e laboram, tendo já entregue ao seu homólogo britânico um dossiê onde identifica um conjunto de questões e dificuldades que os portugueses ali enfrentam. Informou que Portugal irá apresentar a sua candidatura à sede da Agência Europeia do Medicamento, a par de outras iniciativas tendentes a captar e transferir para Portugal outras organizações e empresas antes sediadas no Reino Unido, dada a partilha de fuso horário e a fluência em inglês do ambiente económico português. O regime de mobilidade associado à cidadania da CPLP vai ser conjuntamente apresentado por Portugal e Cabo-Verde, devendo lograr a agilização de autorizações de residência no respetivo espaço territorial. Prosseguiu, referindo que o regime de licenças de parentalidade é escrupulosamente respeitado pelo

Estado, embora no caso dos professores, por força da especificidade desta carreira, se procure privilegiar o gozo de licenças em períodos de férias escolares, por motivos evidentes. Quanto ao “Internacionalizar”, não estando em fase de consulta pública, não poderia ser disponibilizado. Finalmente, referiu que as divergências de filosofia política entre o PCP e o Governo não põem em causa a confluência de posições em sede do plano de reformas sobre o funcionamento da União Europeia.

Proseguiu a Senhora Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, para referir que a Ajuda Pública ao Desenvolvimento aumentou em 10% face ao ano anterior, existindo, ainda, projetos no valor de 138 milhões de euros por adjudicar, tendo feito notar que o Governo está a apostar na associação de empresas privadas à execução deste projetos. Realçou, também, a relevância da Agenda 20/30 para o desenvolvimento, à qual o Governo está a prestar grande atenção.

Interveio, ainda, o Senhor Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, para desmentir a existência de problemas com a emissão de certidões consulares na Venezuela, sublinhando existirem 17 novos funcionários ao serviço da Embaixada, 15 dos quais na área da segurança. E disponibilizou-se para prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação adicional à Comissão acerca da situação venezuelana.

Transitados para a **Terceira Ronda**, registram-se as seguintes intervenções:

Carlos Alberto Gonçalves (PSD), para salientar a existência de dificuldades no consulado em Lourdes, e para sublinhar que o acordo celebrado com o Luxemburgo no ensino não é suficiente para solucionar o problema existente.

Joana Lima (PS), para solicitar ponto de situação relativamente a diversas Recomendações feitas ao Governo pelo Parlamento, em, matérias de índole consular.

Pedro Filipe Soares (BE) para sublinhar ter conhecimento direto de que o Instituto Camões tem vindo a negar direitos de parentalidade a professores no estrangeiro.

Ana Rita Bessa (CDS/PP) para salientar a importância da colocação da questão da liberdade religiosa na agenda diplomática de prioridades políticas, tendo lembrado a omissão da matéria no recente discurso de tomada de posse, na ONU, do Engenheiro Guterres. Mais elucidou que pretende apresentar requerimento acerca desta matéria.

João Oliveira (PCP) para colocar a questão relevante para a competitividade das empresas portuguesas, no que respeita à sujeição ao Tribunal Unificado de Patentes, cuja jurisdição é caríssima, utilizando, apenas, os idiomas inglês, francês e alemão.

Em resposta, o Senhor Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas mostrou disponibilidade para receber todas as informações que os diferentes Deputados pudessem carrear, relativamente à questão das licenças parentais.

Já o Senhor Ministro, intervindo, afirmou que analisará ao pormenor o teor das diferentes recomendações emitidas pelo Parlamento, sem prejuízo, porém, da salvaguarda do exercício das competências executivas constitucionalmente cometidas ao Governo. Já no que concerne ao Acordo celebrado com o Luxemburgo, referiu que, nos termos outorgados, se mantém o sistema de ensino integrado da língua portuguesa, ou então, caso as Comunas assim o entendam, tal ensino pode ser ministrado em paralelo, sendo contudo muito importante salientar a integração no acordado do ensino pré-escolar. Relativamente à situação dos trabalhadores na arábia Saudita, referiu que a intervenção do Governo no exterior faz-se sempre no respeito pelas leis portuguesa e do país de destino, tendo sido assegurado pelo Estado saudita que iria respeitar o acordado em outubro do ano passado. Informou, ainda, ter sido agendada com o Grupo Parlamentar do PSD uma reunião para debater e rever a questão dos Cônsules Honorários. Relativamente à aplicação digital para viajantes portugueses no estrangeiro. Registaram-se já sete mil e setenta registos de pedidos e a indicação de início de duas mil e oitocentas viagens. Entretanto, foi colocado um funcionário consular em Durban. Relativamente ao ensino no estrangeiro, afirmou que somente após terminarem as inscrições é que se poderá avaliar a necessidade de docentes, sendo de salientar, no caso francês, a subida em mais mil alunos já inscritos, tendo hoje mesmo sido celebrado Acordo bilateral entre os Ministérios da Educação de ambos os países.

Terminada esta parte da sessão, foi feita uma curta interrupção, tendo o Senhor Presidente agradecido a disponibilidade do Senhor Ministro e restantes membros do Governo presentes.

2.ª Parte.

Retomada a sessão, e no âmbito do **Ponto 1.** da OD, propôs o Senhor Presidente que, devido ao adiantado da hora, a apresentação e discussão dos Projetos de Resolução números

728/XIII, e 748/XIII, transitasse para sessão a decorrer amanhã pelas 14 horas, na sala 7. A sugestão foi acolhida por unanimidade dos Deputados presentes.

No **Ponto 2.**, informou o Senhor Presidente o seguinte:

- Está de visita ao nosso país de 3 a 6 de abril uma delegação parlamentar da Assembleia Nacional de França, estando na Assembleia da República no dia 5 de abril e desejam ter um encontro com a nossa Comissão.
Foi deliberado que a Comissão iria receber esta delegação no dia 5 pelas 14.30 h, em sessão sob formato de Mesa e Coordenadores.
- A Senhora Paola Amadei, Presidente da Fundação EU-LAC (Europa-América Latina e Caraíbas) vai estar em Portugal entre 18 e 19 de abril, solicitando audiência com a Comissão. Dado que a agenda para dia 18 se encontra sobrecarregada, sugere-se o dia 19, 4.ª feira, pelas 14.15 h, no formato Mesa + Coordenadores. Ficaram os serviços incumbidos de proceder aos contactos apropriados, no sentido apontado.
- Decorrerá no próximo dia 4 de abril, pelas 15 horas, na Sala da Biblioteca, o primeiro da série de Colóquios intitulados, “Refugiados na Primeira Pessoa”. Alertou-se os Deputados de que este evento contará como sessão ordinária da Comissão.

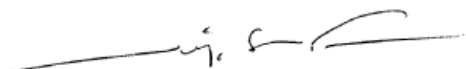
Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente** encerrou os trabalhos, pelas dezoito horas e quarenta e cinco minutos, tendo sido lavrado a presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

A presente reunião possui registo audiovisual consultável em:

http://media.parlamento.pt/site/XIIILEG/1SL/COM/02_CNECP/CNECP_20170328.mp3

Palácio de S. Bento, 28 de março de 2017

O Presidente da Comissão



Sérgio Sousa Pinto

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Martins
Ângela Guerra
Carlos Alberto Gonçalves
Carlos Páscoa Gonçalves
Domicilia Costa
Filipe Lobo D' Ávila
Gabriela Canavilhas
Joana Lima
João Oliveira
José Cesário
Lara Martinho
Nuno Magalhães
Paula Teixeira da Cruz
Paulo Neves
Paulo Pisco
Pedro Filipe Soares
Porfírio Silva
Ricardo Baptista Leite
Rui Silva
Sérgio Sousa Pinto
Ana Rita Bessa
Fernando Jesus
Isabel Pires
Maria Augusta Santos
Maria Manuela Tender
Pedro Alves
Wanda Guimarães

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Santos
Sérgio Azevedo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ascenso Simões

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 18/07/2017.